



*Entidade representativa e agente de autorregulação do mercado regulado de apostas
de quota fixa*

ESTUDO TÉCNICO · DADOS AGREGADOS

MONITORAMENTO DO MERCADO — SETEMBRO DE 2026

Oferta de apostas sem autorização no Brasil

Dimensão, velocidade de reposição e infraestrutura

Dimensão · Renovação da oferta · Estrutura de pagamento · Efeitos de uma restrição · Proteção ao apostador

Brasília, 18 de setembro de 2026

Nota técnica · Versão 1.2 · Responsável técnico: equipe de monitoramento da ANJL

Dados agregados: nenhum site, pessoa ou empresa é identificado neste documento

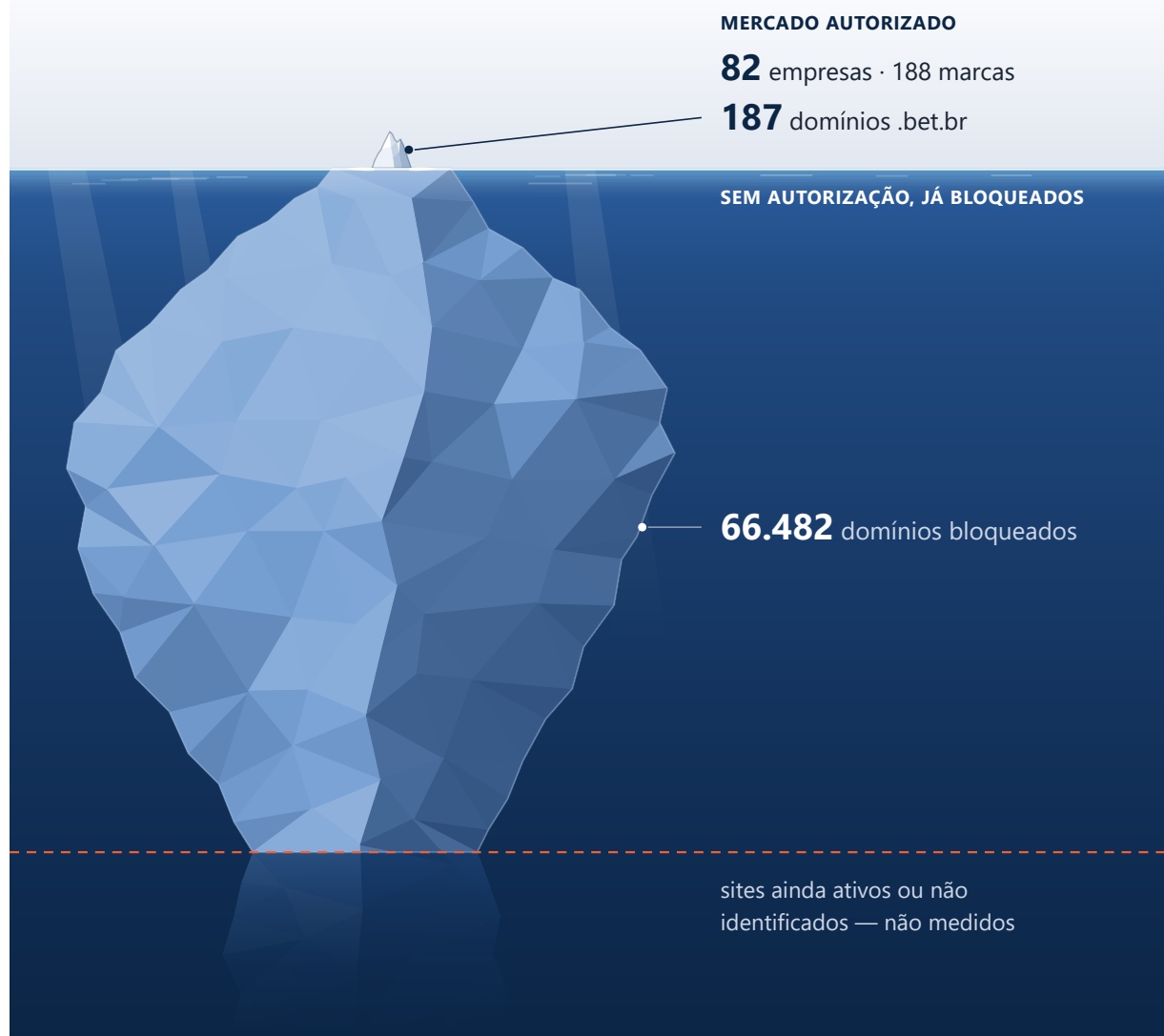
A ponta do iceberg

Para cada domínio de apostas autorizado pela SPA/MF, o governo federal já bloqueou mais de 355 domínios sem autorização¹⁶. E o bloqueio não esgota a oferta: parte dos domínios bloqueados segue acessível, endereços novos surgem todos os dias, e o monitoramento da ANJL registrou 6.409 domínios sem autorização respondendo normalmente na semana de 11 a 18 de setembro de 2026.

Mercado autorizado e domínios sem autorização já bloqueados, em quantidade de domínios

1 : 355

domínios autorizados : domínios sem autorização já bloqueados



Áreas proporcionais: 187 domínios autorizados (parte visível) para 66.482 domínios sem autorização bloqueados pela SPA entre jan/2025 e set/2026 (parte submersa)¹⁶. O total de bloqueios é acumulado e inclui reincidentes. A zona tracejada representa os sites ainda ativos ou não identificados, que não foram medidos. A figura compara quantidade de endereços, não volume de apostas.

Oferta de apostas sem autorização no Brasil

O que o monitoramento contínuo em fontes abertas registrou entre março e setembro de 2026

Período: mar–set/2026

Extração: 18/09/2026

21 relatórios · 3.183 evidências

Lista SPA/MF: 82 empresas autorizadas

Sem identificação de sites ou pessoas

[Sumário](#) [Destaques](#) [Considerações](#) [Fontes](#)

Sumário executivo

Este estudo combina dados públicos sobre o mercado de apostas sem autorização com o que o monitoramento contínuo da ANJL registrou em fontes abertas. Cada número traz a sua fonte e a sua leitura: **piso** quando o valor real é maior, **estimativa** quando depende de premissa ou de método de terceiros.

O mercado sem autorização, segundo dados públicos

66.482

DOMÍNIOS DE APOSTAS
SEM AUTORIZAÇÃO JÁ
BLOQUEADOS PELA SPA

jan/2025–set/2026

~11,8 mil

DOMÍNIOS BLOQUEADOS
QUE PODEM SEGUIR
ACESSÍVEIS

estimativa pela
efetividade medida pelo
TCU

30% a 51%

DAS APOSTAS ONLINE NO
MERCADO SEM
AUTORIZAÇÃO

estimativas de terceiros

R\$ 26–40 bi

DE RECEITA BRUTA POR
ANO NO MERCADO SEM
AUTORIZAÇÃO

estimativa LCA/IBJR, 2025

61%

DOS APOSTADORES
INDICARAM TER
APOSTADO NO MERCADO
ILEGAL

pesquisa Locomotiva,
2025

37 fintechs

LIGADAS A CERCA DE 160
CASAS E A MAIS DE 40 MIL
SITES

Ministério da Fazenda,
jul/2026

O que o monitoramento da ANJL acrescenta

9.986

DOMÍNIOS SEM
AUTORIZAÇÃO
MONITORADOS

após cruzamento com a
lista SPA/MF

≥ 13,7

DOMÍNIOS NOVOS
REGISTRADOS POR DIA
(JUN-AGO/2026)

piso

3.183

EVIDÊNCIAS
DOCUMENTADAS EM 21
RELATÓRIOS TÉCNICOS

mai-set/2026

24

GATEWAYS DE PAGAMENTO

15 recebendo de maio a
setembro

6.409

DOMÍNIOS SEM
AUTORIZAÇÃO
RESPONDENDO
NORMALMENTE

verificação de 11 a
18/09/2026

843

BETS ATENDIDAS PELO
MAIOR GATEWAY

um único intermediador

Principais constatações

- **Escala.** O governo federal já bloqueou 66.482 domínios de apostas sem autorização¹⁶: mais de 355 para cada domínio autorizado. Pela efetividade medida pelo TCU, cerca de 11,8 mil deles podem seguir acessíveis¹⁹. Estimativas de terceiros situam o mercado sem autorização entre 30% e 51% das apostas online²¹³. O monitoramento da ANJL acompanha 9.986 domínios sem autorização; na verificação de 11 a 18/09, 6.409 deles respondiam normalmente no próprio endereço.
- **Renovação contínua.** Pelo menos 13,7 domínios novos por dia foram registrados entre junho e agosto de 2026, e ao menos 5,0 sites novos por dia surgiram nos canais de mensagens monitorados. Quando um endereço sai do ar, a marca segue em outro: 1.682 casos documentados.
- **Estrutura de pagamento concentrada e estável.** As 3.183 evidências documentadas em 21 relatórios identificam 24 gateways de pagamento, 93 CNPJs recebedores e 23 instituições de pagamento. O maior gateway atende 843 bets. 15 gateways e 45 CNPJs documentados em maio e junho continuavam recebendo em setembro.
- **Infraestrutura fora do alcance nacional.** 98,3% dos domínios estão fora da terminação .br, e 55,8% usam rede de distribuição de conteúdo (CDN), que oculta a hospedagem de origem.

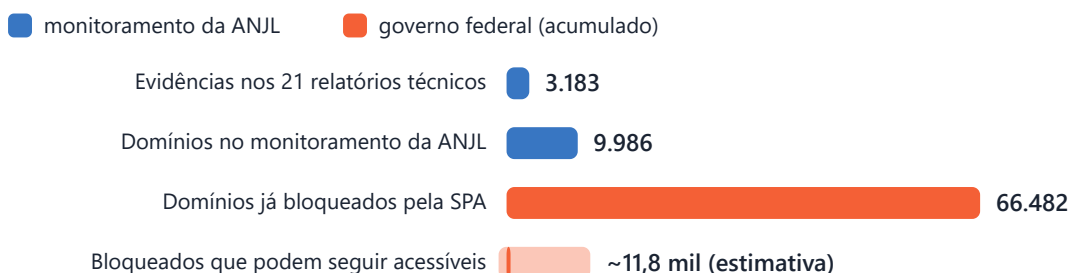
- **Efeitos de uma restrição.** Nos cenários simulados de proibição do cassino online, a participação do mercado sem autorização passaria de cerca de 41% para 78% a 82% das apostas.
- **Arrecadação.** Estimativas de terceiros indicam receita de R\$ 26 a 40 bilhões por ano no mercado sem autorização e R\$ 7,2 a 10,8 bilhões por ano de arrecadação não realizada³. A proibição do cassino eliminaria mais R\$ 3,6 a 7,4 bilhões por ano.
- **Proteção ao apostador.** O mercado autorizado bloqueia 3 milhões de beneficiários do Bolsa Família e do BPC e registra mais de 1,2 milhão de pedidos de autoexclusão¹¹. Na oferta sem autorização, essas proteções não são exigidas.

Destaques

Do documentado ao bloqueado

O governo federal já bloqueou **66.482 domínios** de apostas sem autorização¹⁶. Pela efetividade medida pelo TCU, cerca de **11,8 mil** deles podem seguir acessíveis¹⁹. O monitoramento da ANJL acompanha 9.986 domínios sem autorização, dos quais 6.409 respondiam normalmente na verificação de 11 a 18/09/2026, e documentou 3.183 evidências em 21 relatórios técnicos. Estimativas de terceiros situam o mercado sem autorização entre 30% e 51% das apostas online²¹³.

Do documentado ao bloqueado: três escalas do mesmo mercado



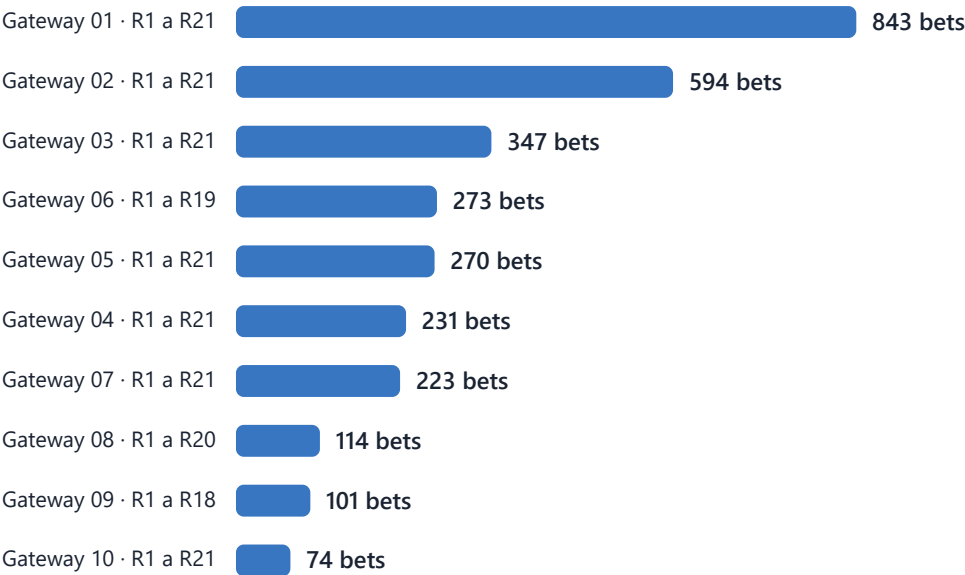
Bloqueios: total acumulado, que inclui reincidentes. A estimativa de acessíveis aplica aos 66.482 bloqueados a parcela de 17,7% que seguia no ar na verificação do TCU.

A mesma estrutura de pagamento, há meses

Os pagamentos se concentram em poucos intermediadores. O maior gateway atende **843 bets** documentadas. **15 gateways e 45 CNPJs recebedores** documentados em maio e

junho continuavam recebendo em setembro, e por esses gateways passam 94,8% das bets documentadas.

Bets atendidas pelos 10 maiores gateways e período em que aparecem nos relatórios

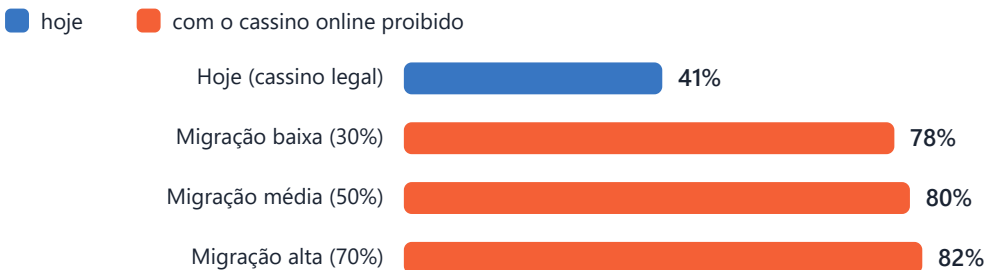


Posições anonimizadas. "R1 a R21" indica presença da primeira à última edição (maio a setembro de 2026).

Efeitos de uma restrição ao mercado autorizado

Nos cenários simulados de proibição do cassino online, a participação do mercado sem autorização passaria de cerca de 41% para **78% a 82%** das apostas, com R\$ 8,2 a 19,1 bilhões por ano migrando para essa oferta. A arrecadação perderia mais R\$ 3,6 a 7,4 bilhões por ano, além dos R\$ 7,2 a 10,8 bilhões que o mercado sem autorização já deixa de recolher³. E os apostadores hoje protegidos — 3 milhões de beneficiários do Bolsa Família e do BPC bloqueados, mais de 1,2 milhão de pedidos de autoexclusão¹¹ — passariam a um ambiente em que essas proteções não são exigidas.

Parcela do mercado sem autorização nas apostas: hoje e com o cassino online proibido



Premissas. GGR autorizado de 2025: R\$ 36,96 bilhões¹; cassino online: 73,9% do volume²; parcela sem autorização hoje: 41%³. As taxas de migração de 30%, 50% e 70% são premissas ancoradas em casos internacionais (França e Austrália perto de 30% a 36%, EUA em 66%)⁵⁶⁷.

Considerações finais

O governo federal já bloqueou 66.482 domínios de apostas sem autorização — mais de 355 para cada domínio autorizado¹⁶ — e a oferta continua: cerca de 11,8 mil domínios bloqueados podem seguir acessíveis¹⁹, e o monitoramento da ANJL registrou 6.409 domínios respondendo normalmente na semana de 11 a 18/09/2026. A oferta se renova todos os dias e não depende de nenhum endereço específico: quando um domínio é bloqueado, a marca reaparece em outro.

A camada de pagamento é o ponto mais estável dessa estrutura. Um número pequeno de gateways e CNPJs recebedores atende a maior parte das bets documentadas e permanece o mesmo ao longo de meses, num período em que 66.482 domínios foram bloqueados¹⁶.

Esses elementos indicam que a oferta sem autorização tem capacidade para absorver a demanda que deixar o mercado autorizado. Nos cenários simulados, uma restrição ao cassino online elevaria a participação dessa oferta para 78% a 82% das apostas, reduziria a arrecadação do setor e deslocaria apostadores hoje protegidos — beneficiários de programas sociais bloqueados, pessoas em autoexclusão, menores de idade — para um ambiente em que nenhuma dessas proteções é exigida.

Restringir apenas o mercado autorizado, sem ação equivalente sobre a oferta sem autorização, tende a transferir para esta a demanda, a receita e os apostadores hoje protegidos. A camada de pagamento, concentrada e estável, é onde essa ação tende a ter mais efeito.

Fontes

Os números externos foram conferidos na fonte original por verificação independente. Os dados de monitoramento vêm do acompanhamento contínuo em fontes abertas mantido pela ANJL, com extração de 18/09/2026; o estudo completo traz a metodologia.

1. SPA/Ministério da Fazenda — Panorama periódico do mercado regulado (dados de 2025) e nota de 23/01/2026: GGR de R\$ 36,96 bilhões; R\$ 9,95 bilhões em tributos e destinações legais e R\$ 2,5 bilhões em outorgas.
2. Reuters, reproduzida pela Forbes Brasil (17/09/2026): governo prepara medida provisória para proibir cassinos online; ANJL: cassinos online respondem por 73,9% do volume movimentado pelo setor.
3. LCA Consultoria Econômica / IBJR — “Fora do Radar” (jun/2025): GGR não autorizado de R\$ 26 a 40 bilhões por ano e perda de arrecadação de R\$ 7,2 a 10,8 bilhões; atualização de ago/2026: 38% a 44% das apostas online (base 41%). Estimativas privadas, citadas pelo TCU (Acórdão 1296/2026).
4. Lei Complementar nº 224/2025 — contribuição sobre o GGR de 13% em 2026.
5. American Gaming Association — Sizing the Illegal and Unregulated Gaming Markets in the U.S. (2025).
6. Responsible Wagering Australia / H2 Gambling Capital (2025) — mercado offshore australiano.
7. Autorité nationale des jeux / PwC — Étude sur l’offre illégale de jeux d’argent en ligne en France (2023).
8. Ministério das Finanças da Polônia — Sytuacja na rynku gier hazardowych online (2022).
9. Spillemyndigheden (Dinamarca) — Spilmarkedet i tal 2022.
10. Banco Central do Brasil — Estudo Especial nº 119/2024: beneficiários do Bolsa Família e apostas via PIX (agosto de 2024).
11. Ministério da Fazenda, via Agência Gov (14/08/2026): bloqueios de beneficiários do Bolsa Família e do BPC, total de pessoas impedidas e pedidos de autoexclusão no mercado autorizado.
12. UNIFESP — LENAD III, Caderno temático Jogos de Aposta (2025).
13. Frente Parlamentar Mista da Educação / Equidade.info, via Agência Brasil (09/09/2026): apostas online entre estudantes.
14. Agência Câmara de Notícias (ago/2026): SPA informa mais de 60 mil sites não autorizados bloqueados (acumulado, inclui reincidentes).
15. Receita Federal — Análise da Arrecadação das Receitas Federais (jul/2026): R\$ 8,75 bilhões do setor de apostas de janeiro a julho de 2026.
16. SPA/Ministério da Fazenda, via Lei de Acesso à Informação, publicado por iGaming Brazil (11/09/2026): 66.482 domínios bloqueados e R\$ 18,0 milhões em multas entre 15/01/2025 e 02/09/2026.
17. Anatel — apresentação à Comissão Externa da Câmara dos Deputados (24/03/2026): bloqueios de sites de apostas por ordem da SPA, por ano.
18. Ministério da Fazenda, via Agência Brasil (09/07/2026): notificação de 37 fintechs ligadas a casas de apostas não autorizadas.
19. Tribunal de Contas da União — relatório de auditoria TC 015.852/2025-3 (Acórdão 1296/2026-Plenário): efetividade do bloqueio de URLs.
20. Yield Sec — comunicado de 15/10/2025 (receita bruta de jogo no 1º sem/2025) e dados do 1º sem/2024 via iGaming Business (04/09/2024). Consultoria privada.
21. H2 Gambling Capital, via iGaming Business (2025): participação do mercado não autorizado no Brasil. Consultoria privada.
22. SPA/Ministério da Fazenda — 2º Panorama Semestral de Apostas de Quota Fixa (jan/2026), slide 13: comunicações de instituições financeiras, operadores identificados e contas encerradas em 2025.